

Ministro garante decisão sem influência partidária

O corregedor-geral eleitoral, ministro Bueno de Souza, afirmou ontem que a decisão a ser tomada hoje pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação ao registro da candidatura de Sílvio Santos será eminentemente jurídica. Mas observou, ao ser indagado sobre se não haveria um pouco de política na deliberação.

“A não ser de política no alto sentido, no sentido científico, abstrato. Na verdade, todo direito é político, no sentido de que é uma realidade social, nunca no sentido de tendências, de partidos”.

Bueno de Souza disse também que os ministros estão sentindo o peso da responsabilidade de ter de decidir sobre uma questão tão importante.

“Sabemos que nossa decisão interfere com o exercício do voto, num ou noutro sentido”.

O ministro acrescentou que o TSE tem uma grande responsabilidade, que o as-

sunto em exame é novo e que o tribunal está sendo convocado para contribuir com a construção de uma doutrina. Indagado sobre se o ritmo dos trabalhos do TSE havia sido muito afetado com a candidatura de Sílvio Santos, declarou que “de certa forma, sim, devido ao grande número de impugnações e dada a época em que o assunto foi trazido ao Tribunal, mas não muito”.

O ex-candidato e presidente do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), Armando Corrêa, garantiu ontem à tarde, em entrevista coletiva, na suíte do Hotel Nacional, onde está hospedado, que seu partido tem cumprido todas as determinações do TSE, tendo realizado convenções em 26 estados, inclusive no Distrito Federal, dentro do prazo estipulado pela lei. O PMB corre risco de extinção, caso não comprove a realização de convenções em pelo menos nove estados, até o dia 10 de outubro, quando expirou seu registro provisório.